

LAVA JATO NA ARGENTINA Construtoras brasileiras tiveram, em média, US\$ 322 milhões em aditivos feitos em 11 contratos

Localidade	Empresa	Obra	Valor inicial, em milhões de US\$	Valor final, em milhões de US\$	Diferença, em milhões de US\$	Financiamento do BNDES
Berazategui, Buenos Aires	Camargo Correa	Estação de tratamento de esgoto	104,5	167,2*	62,7	Sim
Chaco		Aqueduto para o interior	300*	380,3	80,2	Sim
Mendoza	OAS	Usina hidrelétrica de Los Blancos	1.426*	1.426*	0	Sim
15 províncias		Extensão de gasodutos	76,3*	117,4*	41,1	Sim
15 províncias	Odebrecht	Ampliação de gasodutos	1.677,2*	2.265,7*	588,4	Sim
Cidade Autônoma de Buenos Aires / província de Buenos Aires		Estação ferroviária subterrânea	888,5	3.016,02	2.127,4	Não
Córdoba		Sistema de gasodutos	147,2*	179,4*	32,2	Não
Ensenada, Buenos Aires		Planta de Realização Catalítica em Complexo Industrial	348	453	105	Não
Tigre, Buenos Aires		Estação de tratamento de água	595,4*	1.043,8	448,4	Sim
La Matanza, Buenos Aires		Metrobus	137,0	196,9	59,8	Não
Santiago del Estero	Queiroz Galvão	Trabalhos de construção e canal de ligação em rio	360,3	360,3	0	Sim

*Inclui imposto Fonte: Chequeado, plataforma de fact-checking da Argentina

Na Argentina, construtoras têm aditivos de US\$ 3,5 bi

Alvos da Lava Jato são suspeitas de irregularidades em contratos

Odebrecht delatou em 2016 repasse de propina e foi alvo de mandado de busca no país em setembro

MATÍAS DE SANTI FEDERICO POORE
ESPECIAL PARA A FOLHA

Quatro construtoras brasileiras —todas alvos da Operação Lava Jato— ganharam, sozinhas ou integrando consórcios internacionais, ao menos US\$ 9,6 bilhões em obras públicas na Argentina nos últimos 12 anos.

Camargo Corrêa, Odebrecht, OAS e Queiroz Galvão firmaram um total de 11 contratos com o país vizinho. Ao longo desses anos, esses contratos tiveram aditivos que somados atingem US\$ 3,5 bilhões —uma média de US\$ 322 milhões em aditivos. O levantamento foi feito pelo site de fact-checking argentino Chequeado.com, que comparou o orçamento inicial e final de cada um desses contratos.

Dos 11 contratos públicos analisados no levantamento —firmados para construir uma estação de tratamento de água e rebaixar uma linha de trem, por exemplo—, sete contaram com financiamento brasileiro do BNDES, item considerado fundamental para a vitória nas licitações. Desse 11 contratos, 5 ainda não foram concluídos. São obras abandonadas ou atrasadas.

Há indícios de que o método flagrado na Lava Jato no Brasil se repetiu no exterior, incluindo formação de cartel, superfaturamento e suborno.

“O que vemos é um modus operandi que não se restringe às obras no Brasil. É a forma como são contratadas obras aqui na Argentina também”, diz Natalia Volosin, advogada especializada em casos de corrupção e mestre em direito pela Universidade de Yale.

A trajetória costuma seguir um mesmo roteiro. A construtora brasileira primeiro se associa a uma argentina e oferece custos mais baixos para determinada obra, trazendo promessa de financiamento do BNDES (que chega a responder por 50% do valor do contrato).

Os brasileiros ganham a licitação e, em seguida, pedem a reavaliação e aditivos aos contratos, elevando seu valor.

Em alguns casos, os prazos são estourados, e o BNDES abandona a transação, obrigando o governo argentino a buscar outras fontes de financiamento para concluir a obra. Ela quase sempre sai mais cara do que o previsto.

“O caso do rebaixamento da linha férrea de Sarmiento é um caso clássico: no final, a obra acaba sendo financiado pelo governo nacional [argentino]”, afirma o procurador Federico Delgado.

O levantamento revela que, das 11 obras analisadas, 9 tiveram aditivos. Em quatro casos, eles representaram um acréscimo de mais de 50% no orçamento original. A maior soma de aditivos, de 239%, ocorreu na obra de rebaixamento da linha ferroviária de Sarmiento, que liga Buenos Aires a províncias a oeste do país. O consórcio encabeçado pela Odebrecht venceu a licitação por US\$ 889 milhões. Com só 17% dos túneis escavados até agora, a obra já consumiu mais de US\$ 3 bilhões.

Em junho, a Odebrecht pediu para sair do projeto e vendeu sua parte para uma empresa italiana. Em setembro, no entanto, a polícia argentina cumpriu mandado de busca e apreensão nos escritórios da construtora na Argentina. Era parte da investigação do suposto pagamento de propina por parte da empresa para garantir o contrato.

Em depoimento, o ex-executivo da Odebrecht Márcio Faria disse ter pago US\$ 25 milhões em propinas para obter o contrato de uma obra milionária de expansão dos gasodutos do país. Em 2005, a Odebrecht venceu uma licitação, com respaldo do BNDES, para levar gás do norte e do sul do país à província de Buenos Aires. A empresa brasileira subcontratou firmas locais para executarem o projeto analisado. Segundo perícia encomendada pela Suprema Corte da Argentina, foram gastos US\$ 2,6 bilhões neste empreendimento e, de acordo com a denúncia do procurador Carlos Storrelli, o valor inicial acordado teria sido de US\$ 1,677 bi.

“Não há justificativa técnica ou econômica que respalde de essa variação ou desvio do orçamento original”, diz ele.

MATÍAS DE SANTI e FEDERICO POORE são jornalistas do site Chequeado. Colaborou **ARIEL RIERA**, da plataforma venezuelana “Armando Info”. Tradução da Agência Lupa.

FAÇA UMA DECLARAÇÃO DE AMOR AO SEU FILHO; VEMMA VIVER COM ELE UMA SEMANA DAS OBRAS ESPECIAIS.

 CAMINHOS DA LAVA



amor incondicional

TRAGA SEU FILHO PARA SE DIVERTIR COM MUITAS BRINCADEIRAS E APROVEITE PARA CONHECER O NOVO LANÇAMENTO RESIDENCIAL INTEGRADO À 1ª RUA-JARDIM DE SÃO PAULO.

Conheça o dia da Lupa e o seu projeto residencial que vai revolucionar o mercado imobiliário no centro de São Paulo. Conheça as instalações luxuosas e o ambiente de lazer em São Paulo. Uma oportunidade que vai revolucionar a vida sua e a qualidade de vida e o bem-estar de sua família.

Do 12 e 15 de outubro, a partir das 10 horas, participe do Oficina de Casa, Inovações e muito mais.

Vilella o convidamos

Rua Fortunato Ferraz, 626 - Lupa | www.lupa.com.br para mais informações

LOPILS

TOLDO

TEGRA

Heibor

OUTRO LADO <

Empreiteiras atribuem alta nos custos à inflação elevada

ESPECIAL PARA A FOLHA

A Odebrecht afirmou em nota enviada à reportagem que é “prestadora de serviços” e que “as informações deveriam ser facilitadas pelas empresas (locais) subcontratadas”. Elas argumentaram, por sua vez, que “o preço inicial e final são o mesmo, considerando-se o ajuste da inflação”.

blema com a obra, realizada com o financiamento do Banco Mundial”.

A empreiteira Camargo Corrêa, em nota enviada à reportagem, informou que “em Bezarategui (unidade de tratamento de esgoto), o contrato sofreu forte impacto de correções inflacionárias que já estavam nele previstas, ampliadas por aditivo de prazo contratual, sem nenhuma irregularidade”.

As demais construtoras citadas no levantamento foram procuradas, mas não responderam.

> SAIBA MAIS

GRUPO DELATOU PROPINA EM 11 PAÍSES EM 2016

O grupo Odebrecht firmou no fim do ano passado um acordo de colaboração conjunto com autoridades do Brasil, da Suíça e dos Estados Unidos no qual reconheceu que pagou propina em 11 países da América Latina e África, incluindo a Argentina e o Brasil. Só na Venezuela, os pagamentos atingiram US\$ 98 milhões.

Delegado da PF preso é acusado de chantagear prefeito

Profissional teria atuado com mais três falsos policiais para extorquir prefeito de Paulínia (SP), que já foi acusado de pedofilia

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

O delegado da Polícia Federal Mario Menin Junior, preso nesta terça (10) sob acusação de extorsão, é acusado de atuar com falsos policiais para chantagear o prefeito de Paulínia, a 117 km de São Paulo, segundo a **Folha** apurou junto a investigadores do caso.

O interlocutor do prefeito dizia ter um dossiê com pro-

vas de corrupção e ameaçava divulgar os dados se a prefeitura não contratasse uma empresa dele que atua no setor de serviços e terceirização.

O prefeito de Paulínia, Dixon Carvalho (PP-SP), levou o caso à Polícia Federal de Campinas. Carvalho foi expulso do PT em 2012 após ser investigado sob suspeita de pedofilia. Ele sempre negou a suspeita e disse que as fotos em que aparece com ado-

lescentes são falsas.

Menin Junior foi preso com outros três suspeitos por um órgão da PF que ele já havia dirigido, a corregedoria.

As escutas feitas pela PF apontam que o grupo tentava aplicar o mesmo golpe em outras prefeituras.

Com mais de 30 anos de Polícia Federal, Menin Junior deixou seus colegas incrédulos ao ser preso pelos cargos que já ocupou na institu-

ição e porque todos o consideravam um policial acima de qualquer suspeita. Além da corregedoria, ele já chefiou a delegacia de combate ao crime organizado e a unidade do aeroporto de Cumbica.

A superintendência da PF em São Paulo deu ordens para investigar o caso com o máximo de velocidade porque se considerava traída por Menin Junior.

Ele tem um perfil que não

se alinha com o de um policial corrupto, segundo colegas ouvidos pela **Folha** sob condição de anonimato. Extremamente católico, Menin Junior, 53, vive com a mãe num apartamento em São Paulo, costumava esbravejar contra a suposta corrupção do PT e mostrava-se entusiasmado com Jair Bolsonaro (PSC-RJ), candidato à Presidência.

Ele foi preso com outros três suspeitos, os quais se

passavam por delegados da PF para praticar extorsão, segundo a juíza federal Valdirene Falcão, de Campinas.

Eles são acusados de praticar quatro crimes: organização criminosa, extorsão, usurpação de função e concussão (quando agente público solicita uma vantagem indevida).

A **Folha** não conseguiu localizar a defesa do delegado até o fechamento desta edição.

Procurador acusa advogado de traição ao defender Joesley

Angelo Goulart Vilella aciona Ministério Público contra Pierpaolo Bottini por trocar a sua defesa pela do delator

Criminalista afirma que abandonou caso por conflito com outro cliente e que manteve conversa em sigilo

THAIS BILENKY
DE SÃO PAULO

O procurador afastado Angelo Goulart Vilella apresentou uma notícia-crime contra o advogado Pierpaolo Bottini por renunciar à sua defesa para atender o empresário Joesley Batista, da JBS, que o havia delatado.

Vilella acusa Bottini de ter usado informações confidenciais a ele na condição de seu advogado logo após ser preso, em maio, em favor de Joesley, cuja defesa o criminalista assumiu dias depois.

A peça foi recebida pelo Ministério Público do Distrito Federal em 27 de setembro e, segundo a assessoria do órgão, está em análise pela promotoria, que pode levá-la adiante e instaurar inquérito, ou arquivá-la se não considerar a acusação procedente.

Bottini disse “desconhecer a acusação e vê com surpresa as ilações” (veja abaixo).

Segundo a advogada Letícia Ferreira, que representa Vilella no caso, o procurador estuda paralelamente entrar com uma representação contra Bottini na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) com a mesma queixa.

Ele aponta infração ética e disciplinar por suposta violação de sigilo profissional.

Acusado de receber R\$ 50 mil da J&F para repassar informação privilegiada a Joesley Batista, Vilella ficou 75 dias no Batalhão da Polícia Militar na Papuda (DF).

Foi preso no dia 18 de maio e, na mesma data, outorgou procuração a Bottini. No dia 25, o criminalista renunciou à sua defesa e, dias depois, assumiu a de Joesley.

Na peça, o procurador relata que, no intervalo daquela semana, Bottini e dois advogados de seu escritório também contratados, João Antônio Sucena Fonseca e

Márcio Martagão Gesteira Palma, peticionaram nos autos do inquérito em seu favor e o visitaram na Papuda “diversas” vezes.

PATROCÍNIO INFIEL
Na notícia-crime, Vilella acusa os advogados do crime de patrocínio infiel “ou, quicá”, tergiversação.

A primeira tipificação enquadrada o advogado que “traí” o interesse do cliente. Tergiversação ocorre quando o advogado “defende, na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias”. Em ambos os casos, o Código Penal prevê pena de seis meses a três anos de detenção e multa.

O procurador sustenta, na peça, que a Bottini e aos dois advogados “foi fielmente confiado um mandato para que defendessem —com lealdade e honestidade— os interesses do notificante”.

As conversas na Papuda, acusa o procurador, “serviram em verdade para os noticiados [advogados] obterem a versão dos fatos contados pelo notificante [Vilella] e serem os mesmos utilizados, estrategicamente, em favor dos novos clientes dos noticiados, Joesley e Wesley Batista”.

Vilella argumenta que traçou com Bottini a estratégia de desconstruir a delação dos executivos da J&F, “inclusive com o compartilhamento de informações sigilosas e essenciais à sua defesa aos seus patronos”.

Os então defensores, porém, “traíndo-lhe a confiança, passaram a advogar em defesa dos interesses de seus algozes, atuando pública e ativamente no sentido (contrário) de reforçar e manter referidas manifestações que agora são objeto de descon sideração em face de suas incongruências e ausência de veracidade”.

> OUTRO LADO <

Bottini diz que peça é ‘ilação’ e mantém sigilo

DE SÃO PAULO

O advogado Pierpaolo Bottini negou, em nota, que tenha usado informações sigilosas confidenciais pelo procurador Angelo Goulart Vilella em favor de Joesley Batista, da JBS.

Ele disse “desconhecer a acusação” e afirma que “vê com surpresa as ilações”.

Segundo Bottini, houve apenas uma reunião dele com o procurador, durante a qual

o criminalista “identificou, no decorrer dessa conversa, um conflito com outro cliente, um parlamentar, de forma que decidiu não advogar no caso e renunciou no mesmo dia. O teor da conversa foi mantido em sigilo”.

Bottini disse que, “posteriormente, advogou para executivos da J&F, em questões sem qualquer relação com o procurador, nos termos do código de ética da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)”.

A delação do empresário levou à prisão por 75 dias do procurador, acusado de receber propina em troca de informação privilegiada do Ministério Público Federal.